

No momento em que a Comissão Associativa Pré-eleitoral (C.A.P.E.) diligencia avistar-se com o M.E.N. para, em nome dos estudantes de Coimbra lhe exigir a normalização da vida universitária e nomeadamente a realização imediata de eleições para a A.A.C., cumpre a todos nós reflectir sobre a situação do momento e a sua provável evolução num futuro próximo.

A situação do momento é definida por aquilo que de positivo e de negativo resultou da crise passada; é definida pelo nosso trabalho - ou ausência dele - nos nossos cursos desde o início do ano lectivo; é definida também pela mudança, que a alguns poderá parecer de bom agouro do Ministro da Educação Nacional.

A sua evolução futura, para além de tudo aquilo que as autoridades ou o novo Ministro possam dizer, prometer ou fazer, será fundamentalmente da nossa responsabilidade porque seremos nós a determinar, em última análise, a composição e a densidade do campo de forças que se irá criar.

É, pois, em termos de acção, imediata e futura, que temos de equacionar o Movimento em que estamos comprometidos. E o compromisso é total: - Existe mesmo para aqueles que deliberadamente o ignoram, rejeitam ou combatem.

Mas, actuar não é dar pontapés no vento ou jogar a cebra-cega com as autoridades. A acção que é digna de todos nós é aquela que se apoia numa compreensão lúcida e ampla da problemática que nos envolve e em que estamos inseridos. Eis, pois, a razão última deste comunicado.

Trata-se de compreender, e, desde logo, várias questões se levantam.

Aos olhos de qualquer de nós a recente substituição do M.E.N. aparece como consequência do processo estudantil do ano transacto: - quase se poderia dizer que todo o programa do Movimento estudantil se vê agora consagrado nas declarações do novo Ministro - Democracia do Ensino, Reforma da Universidade (Autonomia, Co-gestão, Participação Estudantil), Liberdade de Associação, etc. .

Mas, poder-se-á perguntar: como é que dentro do mesmo Governo, Governo de Marcello Caetano (o mesmo que reprimiu brutalmente o Movimento de 17 de Abril, ordenou a prisão de estudantes, instauração de 40 processos disciplinares e processos-crimes e a incorporação forçada e ilegal de 49 estudantes) se pode efectuar uma tal evolução de doutrina e de acção? Como é que dois homens, aparentemente tão diferentes, J.H.Sariva e Veiga Simão sucedem no mesmo Ministério sob a égide do mesmo Presidente?

Seria ingénuo da nossa parte explicar este facto para e simplesmente como uma vitória do Movimento Estudantil. Interessa antes perguntar se essa substituição e esse novo programa do Governo não terá constituído, sim, uma vitória dos que dentro do Regime ou fora dele, mas dentro todos do sistema capitalista, ansiam por uma reforma que satisfizesse os seus planos de tecnocratização de toda a vida social (económica, cultural, pedagógica).

O Movimento Estudantil ao contestar, ao por em causa de forma significativa a actual estrutura universitária, veio dar um argumento de peso aos grupos económicos de pressão que desde há muito exigiam do Sistema uma orientação diferente em política educacional. Neste sentido, o Movimento Estudantil, terá servido de TROPA DE CHOQUE de orientações que, procuram não só um reajustamento e racionalização do mesmo Sistema.

Mas, poder-se-á perguntar ainda: - Como se explica todo esse rol de promessas governamentais, no que diz propriamente respeito ao Movimento Estudantil (Co-gestão, Participação, Liberdade de Associação?)

É evidente que o Governo espera com isso conquistar, não só a confiança, mas principalmente a COLABORAÇÃO dos Estudantes nas "tarefas ciclópicas" em que está empenhado: - fazer da universidade um braço mais aduado ao seu próprio serviço.

Liberdade de Associação limitarem a sua própria liberdade às necessidades do Sistema; Participação dos estudantes na vida de uma Universidade - Fóruns de Diplomados, onde a liberdade de análise e de discussão terá que se limitar à iniciativa de propor fórmulas de uma maior rentabilidade - são estes os limites e o alcance das "concessões" do Governo.

Não era este o sentido das nossas reivindicações de 17 de Abril, nem podem os Estudantes iludir-se com o simulacro de participação com que o Governo lhes acena.

Não há democratização possível de uma Universidade, enquanto as massas trabalhadoras continuarem impedidas de ascender ao ensino superior, enquanto as despesas públicas com o Ensino se cifrarem na ridícula percentagem de pouco mais de 10% do Orçamento Geral do Estado e as despesas com a guerra e com as forças de segurança forem da ordem dos 50%; enquanto os Estudantes não puderem definir eles próprios o conteúdo e os métodos do ensino; enquanto a gestão da Universidade não passar a depender exclusivamente da vontade dos universitários e a aplicação social dos conhecimentos científicos a ser controlada pelos seus produtores (Professores, Estudantes, Investigadores); enquanto a função social da Universidade não for a de dar a todo o Povo Português os instrumentos do seu progresso material e cultural; enquanto a Universidade servir os interesses e for na sua estrutura o reflexo do poder de uma minoria: - um instrumento ao serviço do Capital e interessado apenas em reforçar o poder desse mesmo Capital.

Um Governo empenhado numa política educacional deste tipo apenas satisfará reivindicações integráveis pelo Sistema, isto é, reivindicações que não ponham em causa o status quo, antes permitam uma racionalização e, desde logo, uma consolidação do actual estado de coisas.

Podemos pois dizer (em linhas muito gerais, evidentemente) que a atitude correcta dos Estudantes perante toda esta nova situação será tomar a iniciativa de não se deixar enredar na nova fraseologia ministerial - é portanto urgentemente necessário que os estudantes num amplo trabalho realizem em moldes verdadeiramente democráticos definam o que entendem por Reforma do Ensino, Democratização do Acesso à Universidade, Participação na sua Gestão, etc. .

Por outro lado, todo um trabalho que se efectuou durante a Crise foi profundamente positivo, assim:

- Os estudantes organizaram-se definitivamente nos Cursos e aí desenvolveram toda uma acção que veio culminar no boicote vitorioso dos exames em Julho.

- Ganhou-se a perspectiva de um movimento de massas através do exercício permanente de uma efectiva democracia directa, através de uma prática de discussão na base (Cursos, Faculdades) e da conquista da Assembleia Magna como órgão Supremo da Decisão de Académica.

Foi este ganhar de uma profunda consciência sindical, essa noção de que toda a dinâmica da crise foi uma dinâmica de massas, que permite agora aos estudantes estarem armados dos instrumentos teóricos e práticos necessários a uma fase superior de luta: a crítica radical de uma estrutura de ensino, ou seja, a recusa do Sistema. Será uma acção deste tipo a única que permitirá neutralizar a ofensiva governamental e lançar os fundamentos de uma UNIVERSIDADE AUTÓNOMA, CRÍTICA, DEMOCRÁTICA .

Coimbr., 26 de Janeiro de 1970